



PATRIMÔNIO VIVO

PELOTAS - RS | 7

PATRIMÔNIO VIVO

PELOTAS - RS | 7

Créditos

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Coordenador Nacional do Programa Monumenta

Luiz Fernando de Almeida

Coordenação editorial

Sylvia Maria Braga

Edição

Caroline Soudant

Redação e pesquisa

Rogério Furtado

Revisão e preparação

Denise Costa Felipe

Design gráfico

Cristiane Dias

Fotos

Arquivo Monumenta/Arquivo Iphan

P392 Patrimônio vivo.

Brasília, DF : IPHAN / Programa Monumenta, 2007.

116 p. : il. color ; 15 cm. (Preservação e Desenvolvimento ; 7)

ISBN – 978-85-7334-061-7

1. Patrimônio Cultural – Pelotas. 2. Pelotas – RS. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Programa Monumenta. III. Série.

CDD – 720.0288

PATRIMÔNIO VIVO

PELOTAS - RS | 7



Apresentação

Este pequeno livro pertence à série Preservação e Desenvolvimento, uma coleção de registro das experiências desenvolvidas pelo Programa Monumenta na área da promoção de atividades econômicas, de educação patrimonial, de formação profissional e de capacitação.

Na qualidade de programa do Ministério da Cultura para a recuperação sustentável do patrimônio histórico brasileiro, o Monumenta pretende atacar as causas da degradação de sítios históricos e conjuntos urbanos tombados e a elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Assim, muitas das ações propostas no âmbito do Programa, com apoio de estados e municípios, vêm permitindo a essas comunidades descobrir o patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira, como meio, portanto, de inclusão social.

Esse novo conceito de preservação transformou alguns dos sítios beneficiados em pólos de atividades culturais, turísticas e de geração de empregos, garantindo ao mesmo tempo a conservação sustentada de nosso patrimônio e melhores condições de vida para quem trabalha ou vive ali.

É uma dessas experiências que você vai conhecer agora.



Introdução

No final do século 18, o ciclo do ouro impulsionou a indústria do charque em Pelotas, no Rio Grande do Sul. O produto, consumido principalmente nas áreas de mineração, também alimentava outros mercados, chegando à Europa e ao Caribe. Os donos das charqueadas, tocadas com mão-de-obra escrava, acumularam fortunas durante décadas. Para imitar a corte, investiram em construções suntuosas e gastaram com mercadorias de luxo. A fartura durou cerca de cem anos. No princípio do século 20, as charqueadas pelotenses agonizavam devido ao aumento da concorrência, ao fim do escravismo e ao surgimento da indústria do frio. Com ela, a salga e secagem de carne bovina ao sol tornaram-se processos ultrapassados.

A aristocracia do charque desapareceu, mas deixou herança significativa em termos de patrimônio arquitetônico e cultural, que Pelotas se esforça para conservar há alguns anos, com importante contribuição do Programa Monumenta. Assim, várias construções históricas da cidade já foram restauradas, a exemplo do Grande Hotel, de alguns casarões, prédios públicos e da praça Coronel Pedro Osório. Mas o Monumenta, em parceria com a prefeitura e outras entidades, também atuou no sentido de preservar



o patrimônio imaterial pelotense, com diversos projetos, desenvolvidos desde 2005. A cidade sempre se destacou pela música. O Teatro Sete de Abril, fundado em 1833, é o mais antigo em funcionamento no país. Nele foram montados grandes espetáculos de ópera por companhias européias, no decorrer do século 19, quando Pelotas se orgulhava de ver as apresentações antes da grande rival, Buenos Aires.

As tentativas de criar, na cidade, uma orquestra para o repertório clássico, no entanto, não vingaram. Até que, em 2004, a Sociedade Pelotense Música pela Música resolveu formar uma orquestra filarmônica. A iniciativa prosperou, ainda que tenha exigido muito empenho de todos os envolvidos, que foram apoiados pelo Programa Monumenta, por meio do projeto Música, Patrimônio Vivo. Assim, em julho de 2007, Pelotas pôde comemorar seu 195º aniversário com uma missa solene, cantada pelos 80 membros do coral da Sociedade Música pela Música, acompanhados pela orquestra de 60 músicos.

Com outro projeto, o Monumenta apoiou a formação de mão-de-obra especializada em restauro, algo de extrema relevância em uma cidade que tem cerca de mil edificações protegidas. E levou espetáculos artísticos para as ruas, procurando chamar a atenção da comunidade para a importância do acervo arquitetônico pelotense e de suas tradições culturais. Uma delas é a produção de doces finos de origem portuguesa, que também mereceu um projeto especial, destinado a inscrevê-la no Inventário Nacional de Referências Culturais, do IPHAN.

Luiz Fernando de Almeida
Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Herança das charqueadas



Herança das charqueadas

Há 400 anos, jesuítas espanhóis iniciaram a epopéia das Missões na América do Sul, a partir do território que hoje pertence ao Paraguai. De 1626 em diante, os padres entraram na região que viria a ser o Rio Grande do Sul e reuniram diversos povos indígenas em aldeamentos. Não tiveram paz. As missões pioneiras em solo gaúcho sofreram ataques devastadores das hordas de bandeirantes paulistas, predadores insaciáveis de escravos. Com os indígenas remanescentes, os religiosos se refugiaram em terras que no futuro seriam da Argentina. Para trás deixaram ao menos parte de seu numeroso rebanho bovino. Livre, em meio favorável, o gado multiplicou-se e cobriu as campinas da região. Seria a base da economia rio-grandense por séculos. Primeiro como fonte de couro, durante período dilatado em que enorme quantidade de animais foi abatida apenas para a retirada da pele, pois não havia quem consumisse toda a carne. A demanda por alimentos no decorrer do ciclo do ouro diminuiu o desperdício.

Inicialmente, as manadas eram tangidas até Minas Gerais. Em seguida surgiu a indústria gaúcha do charque, suprida com gado bravo e boiadas dos latifúndios – unidades de produção imensas, mas rudimentares. A natureza impulsionou a

indústria sulina ao assolar o Nordeste com secas terríveis na segunda metade do século 18. O fenômeno aniquilou a pecuária nordestina, principal fornecedora de carne para as áreas mineradoras e o litoral, e abriu caminho para a instalação da indústria saladeiril em Pelotas, no ano de 1780. A exportação inaugural ocorreu em 1788. Carga pequena, que coube em um barco. Em 1793, a produção exportada atingiu 13 mil arrobas. Logo após, em princípios do século 19, os embarques estavam na casa de 600 mil arrobas anuais. Nessa época, Pelotas já conquistara hegemonia duradoura em um mercado importante, pois grande parte dos brasileiros consumia charque – escravos, libertos, a população pobre, sertanejos, soldados, as tripulações de navios.

Parte das remessas ia para o exterior. A carne-seca chegou a Portugal e por muito tempo alimentou escravos em outros países. Cuba se destacou como cliente. Mas aqui o jabá também alcançava as casas-grandes, servido com pirão de farinha. Talvez não as mesas aristocráticas de Pelotas, onde ninguém desconhecia as condições em que se dava a produção. Auguste de Saint-Hilaire, estudioso francês, passou por lá em 1820, registrando suas impressões ao se aproximar de uma charqueada. “Extensos campos, cuidadosamente cercados, são ocupados por linhas regulares de estacas horizontais, deitadas sobre outras a pique, à altura de menos de dois metros

do chão. Pendem de tais estacas objetos lisos, que variam na cor do verde escuro ao anegrado [...]. Porém, muito antes de aparecerem os campos, já os nossos narizes nos tinham contado outra história, e nuvens de urubus voavam suspeitamente junto à tal coisa. Era a carne-seca, ou charque, em processo de preparação”. O nariz de Saint-Hilaire apenas lhe antecipou a realidade: visto de perto, o espetáculo das charqueadas era dantesco.

Havia pressa na atividade sazonal, realizada no período de novembro a abril. Fora a carne, aproveitavam-se os ossos, o couro, a língua, o sebo e o sangue dos animais. As vísceras, desprezadas, viravam atrativo para os urubus e as moscas. Nesse ambiente infecto, de calor e umidade elevadas, os escravos trabalhavam em jornadas extenuantes de 16 horas, cobertos de sangue e de sal. No restante do ano, a mão-de-obra cativa era empregada em múltiplos afazeres, na cidade e no campo. Assim foi construída a prosperidade da indústria do charque, que começou a minguar só ao final do século 19. A instalação de charqueadas em outros pontos do estado é citada como um dos fatores do declínio, ao lado da progressiva extinção do escravismo. O golpe decisivo, pelo menos a longo prazo, acabou desfechado pelo avanço da tecnologia do frio, que tornou a fabricação do jabá anacrônica – ao menos enquanto método de conservação de carnes.



Em Pelotas, os primeiros frigoríficos surgiram no começo do século 20. Ainda hoje a cidade depende muito das atividades agropecuárias e da agroindústria. Mas também é dona de acervo arquitetônico impressionante, herança do apogeu das charqueadas, quando a “aristocracia da carne-seca” habituou-se a gastar fortunas em construções suntuosas. Para isso



importava materiais, contratava arquitetos e artistas estrangeiros. Alguns desses edifícios foram tombados pelo IPHAN, a partir de 1972. Dez anos mais tarde, surgiu uma lei municipal de tombamento para preservar o restante do patrimônio edificado da cidade. Em 1986, após o inventário dos edifícios de valor histórico e arquitetônico, o então prefeito, Bernardo de



Souza, utilizou os dispositivos da lei para tombar 300 construções em caráter provisório.

Os proprietários dos imóveis torpedearam a iniciativa com medidas judiciais. A intenção óbvia era garantir o direito de fazer o que quisessem com esses bens. Enquanto as ações tramitavam na Justiça, muitos dentre os interessados descaracterizaram as edificações tombadas, destruindo ornamentos de fachadas e cornijas. Outros simplesmente derrubaram os prédios antigos. Foi assim que Pelotas ganhou quantidade apreciável de estacionamentos para automóveis e terrenos ociosos em cerca de 20 quarteirões do centro. Nos anos posteriores, a própria lei de tombamento acabou desfigurada e inoperante devido a sucessivas emendas. Parecia que o “progresso” chegaria de forma inexorável para eliminar “velharias” e dar lugar a novas construções, em terrenos valorizados. Mas nem todos os cidadãos pelotenses estavam de acordo com a devastação. Núcleos de resistência surgiram, agregando pessoas lúcidas, comprometidas com a preservação do patrimônio da cidade. Um desses grupos reunia professores da Universidade Federal de Pelotas e duas arquitetas dos quadros da prefeitura: Simone Delanoy e Carmem Vera Roig, parceiras em estudos e projetos desde 1989.

Por volta de 1992/93, elas receberam da prefeitura o encargo de revisar o inventário patrimonial feito quase dez anos antes. Ao mesmo tempo, desencadearam um contra-ataque para dificultar o processo acelerado de destruição das construções antigas, com o apoio inestimável do Ministério Público, que passou a acatar todas as denúncias, intimar os envolvidos e convidar especialistas das universidades e institutos de pesquisa para opinarem sobre a necessidade de preservar as edificações ameaçadas. A batalha, que teve bons resultados, só arrefeceu em 2000, quando o ex-prefeito Bernardo de Souza voltou à carga. Como deputado estadual, apresentou projeto de lei para transformar Pelotas em patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, com base na Constituição Federal de 1988, e na Estadual de 1989, que obrigam o estado a zelar pelo patrimônio material e imaterial da sociedade. Dessa vez foi tiro e queda. A Assembléia Legislativa gaúcha converteu o projeto em lei, por unanimidade.

Embora ela não contenha penalidades, Bernardo conseguiu mexer com a auto-estima dos pelotenses. Isso teve papel muito importante no desfecho da longa disputa política travada na Câmara de Vereadores, que resultou na Lei Municipal 4.568, de 2000, que finalmente impôs rédeas curtas à especulação imobiliária. A nova legislação levou em conta um trabalho



realizado durante anos por Carmem Roig, Simone Delanoy e especialistas da Universidade Federal, para criar um sistema municipal de preservação. Nele estava previsto o tombamento, o reconhecimento do inventário patrimonial e uma classificação para as construções. Em algumas seria permitido mexer na fachada, para a colocação de esquadrias, por exemplo, possibilitando o uso do imóvel. As arquitetas afirmam que não queriam prédios fechados, porque manter um imóvel ocioso é o mesmo que assinar seu atestado de óbito. Outras poderiam ter apenas sua volumetria conservada, e certas construções deveriam ser tombadas como relíquias. Era o caso do Grande Hotel, da catedral e de residências familiares que têm artes finas, como trabalhos em estuque, ferro e pinturas. Marcas da riqueza arquitetônica em estilo eclético que diferenciam a cidade.

A Lei 4.568 estabeleceu áreas de preservação, com multas e restrições urbanísticas. O saldo foi cerca de mil edificações protegidas, sem que houvesse tombamento. Por isso, Pelotas passou a ser referência para muitas cidades. “O tombamento tem essa fama de que não permite mexer nas construções. Ou vendê-las. Tudo isso pode. O que não pode é destruir o prédio”, comenta Carmem. Mais adiante, em 2001, Pelotas se integrou ao **Programa Monumenta**, do Ministério da Cultura e do Banco

Interamericano de Desenvolvimento, com apoio da Unesco. E Carmem Roig foi designada pela prefeitura para gerenciar a Unidade de Execução de Projeto (UEP) do Monumenta. Nos municípios em que atua, o Monumenta promove a restauração do patrimônio arquitetônico, por meio de contratos com as prefeituras e outras entidades públicas e privadas, que se obrigam também a investir nos projetos, como contrapartida. O Programa, da mesma maneira, financia iniciativas de caráter cultural, de acordo com a filosofia de garantir a auto-sustentabilidade econômica do patrimônio físico e imaterial que, restaurado ou recuperado, deve gerar renda, normalmente como atrativo turístico.

O projeto de restaurações em Pelotas envolveu o Theatro Sete de Abril e três casarões da praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade, que são monumentos tombados pelo IPHAN, além de outras construções: o Grande Hotel, o Paço Municipal, o antigo prédio do Banco do Brasil, o Mercado Municipal, a Biblioteca Pública e a própria área central da praça Coronel Pedro Osório. Fora as obras de recuperação e restauração do patrimônio físico, o Programa Monumenta patrocinou diversos projetos, com o objetivo de despertar o interesse da população em geral pelo acervo arquitetônico e pelas tradições culturais do município e seu entorno. É o que se verá a seguir.

Oportunidades com o restauro



Oportunidades com o restauro

O acervo arquitetônico de Pelotas ainda constitui patrimônio invejável, embora tenha sofrido baixas importantes no século passado. Além dos monumentos tombados, dele faz parte grande número de imóveis inventariados, cujas fachadas e coberturas devem ser mantidas com as características originais. Sendo assim, o conjunto de edificações tende a oferecer oportunidades de trabalho para quem conhece técnicas de restauração. Pensando dessa forma, a arquiteta e professora Gisela Amaral Barbosa, que sempre foi atraída pela conservação e restauro de monumentos, considerou durante anos a possibilidade de formar operários da construção civil para atuarem nessa área. Em 2004, enquanto coordenadora do Curso de Edificações do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), decidiu que era hora de agir, e saiu em busca de parcerias para realizar o projeto. A chance de pleitear financiamento do Programa Monumenta surgiu logo depois, em 2005.

Formou-se, então, uma parceria entre o Cefet, a Secretaria Municipal de Cultura e o Sinduscon – Sindicato da Construção e do Mobiliário de Pelotas, para quem o Centro Federal de Educação Tecnológica já treinava mão-de-obra.

A partir disso, criou-se o **Projeto Curso Básico de Restauo** com a intenção inicial de resgatar técnicas específicas, perdidas ou esquecidas, da época de construção dos prédios, com o auxílio de artífices que seria preciso localizar em outras regiões do país. Juntos, o saber empírico dos artesãos e o conhecimento prático e acadêmico dos professores convidados seriam potencializados. Entretanto, à medida que o planejamento avançava, as arquitetas esbarraram em dificuldades para trazer os artífices. Também viram que restrições orçamentárias imporiam limitações à execução do projeto. Principalmente quanto à carga horária. Na Itália, por exemplo, a formação de pessoal qualificado para as obras de restauração é feita por meio de cursos que se estendem por vários meses, com aulas teóricas e práticas de seis a oito horas por dia. Mas, como esse modelo não poderia ser copiado, a alternativa foi montar um projeto mais modesto de introdução ao restauro, com um módulo básico e depois aulas sobre argamassas e ornatos, marcenaria e carpintaria, pintura, ferraria e cantaria.

Mesmo tendo caráter introdutório, o Curso Básico de Restauo terminou montado de forma a dar ao aluno conhecimentos suficientes para enfrentar imprevistos no decorrer de uma obra. E imprevistos não costumam faltar quando se trata de restauração, atividade que desconhece receitas.





Cada caso é único. Como bem lembra Gisela Barbosa, uma das responsáveis pela formatação do curso, “em geral, as recuperações e restaurações são dez vezes mais complicadas que uma reforma comum. Só articulando conhecimento prático com embasamento teórico e discernimento, pode-se buscar soluções específicas que determinada situação exige, pois ninguém é capaz de adivinhar as armadilhas que as velhas estruturas costumam esconder”.

Para o curso, as empresas associadas ao Sindicato da Construção indicaram os operários que deveriam participar. Mas não preencheram todas as vagas. Outras pessoas puderam se inscrever. A maioria relacionada com a construção civil: arquitetos, engenheiros, técnicos em edificações e estudantes. No total, 168 inscritos, com idade entre 18 e 60 anos, passaram pelos cursos. O módulo básico, de 20 horas, abordou a história da cidade, história da arquitetura, relações humanas, segurança no trabalho, leitura e interpretação de projetos. Era obrigatório para quem quisesse freqüentar um ou mais módulos específicos.

Na fase inicial, houve surpresas de parte a parte. Engenheiros e arquitetos surpreenderam-se com as especificidades de um projeto de restauro, com a complexidade que o distingue de uma reforma corriqueira. E os professores descobriram que muitos operários da construção civil nunca tinham visto uma planta. Como eles trabalham por tarefa, às vezes não têm noção do todo e geralmente não sabem a conformação final do prédio. Alguns se admiraram ao saber que as plantas apresentam todos os detalhes da obra. O curso despertou a curiosidade dos operários e eles aprenderam com prazer a interpretá-las.



Embora Pelotas conserve em algumas construções portadas de pedra vindas do estrangeiro, no segmento de cantaria o objetivo do curso era abordar o trabalho com pedras usadas em pavimentação. No passado, as ruas eram calçadas com pedras, regulares ou não, e tinham meio-fio de granito. “Mas aqui já não havia calceteiros capazes de fazer um serviço irrepreensível”, diz Carmem. “Que soubessem remover as pedras de um calçamento quando se pretendia mexer no subsolo, e depois devolvê-las ao seu lugar, em perfeita ordem. Além disso, como as pedras são apenas colocadas ao lado das outras, sem argamassa, o pavimento permite melhor absorção da água pelo solo. A técnica pode ser usada sempre, e temos jazidas de granito na região. Portanto, era importante resgatar a arte da calceteria, e também ensinar aos alunos como manter e limpar os monumentos feitos com pedras”.

No módulo de marcenaria e carpintaria, os alunos aprenderam o emprego da madeira nos trabalhos de estrutura. E como recuperar esquadrias e forros antigos, tarefas mais complexas e refinadas. Nas aulas de pintura, fora a parte prática, foram informados sobre a composição e como eram preparadas as tintas usadas no passado, feitas à base de cal, com a adição de vários tipos de óleos – até de baleia – e pigmentos naturais, como o óxido de ferro. O segmento de argamassas e ornatos foi dedicado à feitura de



ornamentos e revestimentos à base de diferentes materiais: cal, gesso, pó de mármore e escaiola – técnica de pintura que imita pedra. Em ferraria, foram realizados experimentos de fundição e têmpera de metais.

O curso transcorreu em clima de cordialidade. Ao contrário do que se vê no cotidiano da construção civil, em que prevalece uma hierarquia rígida, no Cefet o tratamento era igual para arquitetos, engenheiros, mestres, pedreiros, pintores, marceneiros e serventes, que estavam ali na condição de alunos, ocupando as mesmas salas ou oficinas e executando as mesmas tarefas nas aulas práticas. Qualquer um tinha o direito de dar opiniões e de



contar experiências. “Engenheiros eram vistos trabalhando com ferramentas de pedreiro. E os pedreiros, por vezes corpulentos e de mãos ásperas, pegavam instrumentos delicados para fazer detalhes de ornatos de forma competente. Ao mesmo tempo, serventes trocavam idéias com engenheiros sobre a melhor maneira de executar determinados serviços. A experiência foi muito gratificante sob vários aspectos”, diz Gisela Barbosa.

Ainda na fase de inscrição foram observados alguns indícios animadores de que o curso seria produtivo, a partir das cartas de próprio punho com que os candidatos se apresentavam, explicando porque queriam participar. O que se confirmou na prática: a maioria dos participantes mostrou-se interessada do princípio ao fim, fazendo julgamentos claros e objetivos do conteúdo das aulas também por escrito. Do ponto de vista da técnica, o curso foi bem-sucedido porque contou com a infra-estrutura do Cefet, que dispõe do ferramental e equipamentos para todas as atividades. Nesse campo, é considerada a melhor instituição de ensino da região.

De fato, pelo menos uma arquiteta, que freqüentava o curso junto com operários da empresa em que trabalhava, ouviu deles comentários que mostravam o quanto estavam satisfeitos. Como haviam deixado de estudar



há anos, ficaram surpresos com as instalações confortáveis e os modernos recursos didáticos utilizados no Cefet. Não é de admirar que após jornadas de trabalho cansativas, ainda tivessem energia para comparecer à escola.



O curso teve outro resultado importante: mudou de forma perceptível a maneira como os operários encaravam os monumentos da cidade. A seus olhos, eles deixaram de ser simples velharias que deveriam ser derrubadas.

Para essa mudança de postura também contribuíram as visitas guiadas à Biblioteca Pública Pelotense e ao Theatro Sete de Abril, entre outros prédios, onde a maioria nunca tinha entrado. Os trabalhadores passaram a valorizar esses edifícios não apenas pela importância histórica, mas também porque nesses locais entraram em contato com as obras de pessoas dotadas de habilidades semelhantes as suas. Ainda que os nomes dos artífices não tenham sido registrados, as obras que realizaram estão ali. Verdadeiros marcos para a memória coletiva. Foi com essa nova mentalidade e com a auto-estima elevada que os trabalhadores se encaminharam para a festa de formatura, que aconteceu na primeira semana de 2006.

Nesse sentido, foi particularmente comovente o discurso proferido por Jacinto Cavalheiro de Lima, que é pedreiro de profissão. Por estar sempre presente e ser muito comunicativo, com boas histórias para contar, os colegas o elegeram representante da turma. De improviso, Jacinto falou com propriedade sobre a importância da conservação dos monumentos, o



significado do curso para cada um dos formandos e o valor do trabalho dos operários da construção. Concluído o projeto, eles retomaram o curso habitual em suas atividades. Sobreveio, então, a idéia de aglutiná-los para que pudessem aproveitar melhor a qualificação recém-conquistada.

Reuniu-se um grupo grande de ex-alunos para assistir uma palestra sobre associativismo, numa incubadora de cooperativas da Universidade Católica de Pelotas. Eles se interessaram, mas, ao terminar o primeiro semestre de 2007, ainda não tinham avançado. Continuavam desarticulados por dois motivos:

a necessidade de garantir a subsistência e a falta de demanda constante por trabalho especializado. E também não estavam alcançando a remuneração merecida. “Infelizmente, os próprios construtores não valorizam esses trabalhadores qualificados, embora o curso tenha modificado seu comportamento no dia-a-dia. Engenheiros e empresários reconhecem que nossos ex-alunos se tornaram mais cuidadosos com ferramentas, equipamentos e materiais, por exemplo”, comenta Gisela.

Apesar dos obstáculos, a idéia de formar uma cooperativa não está morta, nem a de estabelecer cursos permanentes de restauro no Cefet. Nesse sentido, buscou-se contato com o Instituto Ítalo Latino-Americano (ILLA), entidade ligada ao governo da Itália, para firmar uma parceria, confirmada em meados de 2007. Professores vieram da Itália para ministrar o Curso de Restauro de Elementos Decorativos do Patrimônio Arquitetônico. Para Gisela, foi mais um passo no projeto de oferta regular de curso de qualificação profissional nessa área. “Estamos tendo a oportunidade de oferecer um curso com qualidade igual à de similares europeus. E os alunos, na maioria artífices potenciais, ou pessoas que já atuam em obras de restauro, estão correspondendo plenamente ao nosso esforço.”



Orquesta democrática



Orquestra democrática

Com a fachada restaurada pelo Programa Monumenta, o prédio imponente do Grande Hotel sobressai na praça central de Pelotas. Inaugurado em 1928, o edifício agora pertence à prefeitura, e vem mostrando vocação tardia, mas bem-vinda, de se tornar centro cultural. Embora a estrutura interna necessite de ampla reforma, a construção já é usada por um grupo de teatro e pela Orquestra Filarmônica de Pelotas. Sobra muito espaço para outras atividades, pois a orquestra ocupa apenas algumas dependências, onde mantém arquivos, instrumentos e utilidades diversas. Ali os músicos se reúnem uma vez por semana para um ensaio aberto ao público. Essa decisão simpática foi tomada para aproximar a população da filarmônica e da música erudita.

Assim, na quarta-feira, 27 de junho de 2007, por volta das 19h, cantores do coral da Sociedade Pelotense Música pela Música e os integrantes da orquestra convergiam para o Grande Hotel. Estavam apressados. O frio da noite tornava inóspitas as ruas e praças, e o ensaio geral fora marcado para as 20h. Os coralistas subiam ao andar superior para exercícios vocais de aquecimento. No térreo, os músicos, sozinhos ou em grupos, afinavam cordas, testavam os metais e a sonoridade de outros instrumentos de sopro

e percussão. Em meio à balbúrdia, o maestro Sérgio Sisto finalizava os preparativos para reger a Missa Solene de Santa Cecília, de Gounod, com que, dentro de alguns minutos, cerca de 150 pessoas – solistas, coro e orquestra – fariam rejuvenescer um dos velhos salões do Grande Hotel.

Músicos em seus lugares, com algumas pancadas da batuta sobre a estante de partituras, o maestro pôs fim à cacofonia de notas desencontradas que brotavam de vários de instrumentos. E concluiu uma série de observações recomendando a Guilherme Soares que tivesse “cuidado” com “Ana Elisa”, a trompa reluzente que abriria o *Gloria*. A recomendação tinha razão de ser: embora seja um veterano trompetista, o músico experimentara o novo instrumento fazia pouco tempo. Em resposta ao regente, Soares executou uma frase límpida e segura. Satisfeito, o maestro levantou os braços no gesto tradicional. Em seguida, a batuta desceu para o primeiro compasso. Como se fosse vara de condão, mergulhou o ambiente em mágica harmonia.

Um observador desavisado poderia considerar rotineiro esse exercício coletivo de interpretar música. Mas não os presentes. Instrumentistas, cantores e o maestro sabem que ainda escrevem um belo e enternecedor capítulo da história musical do Brasil. Para eles os ensaios fazem parte de

uma celebração permanente: a da própria constituição da orquestra e do coral, uma vitória da dedicação e do esforço de muita gente ao longo de anos. De imediato havia outra comemoração à vista, também de grande valor simbólico. A do 195º aniversário da cidade, em princípios de julho, quando seria apresentada a Missa de Gounod, na Catedral de São Francisco. Dez anos antes, os pelotenses haviam assistido a uma récita dessa mesma peça sacra, executada por músicos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Na ocasião, solistas convidados vieram se juntar a cantores líricos da cidade e ao coral. Agora, orgulhosa, Pelotas se preparava para rever o espetáculo sinfônico com orquestra própria.

Em 1997, a regência também esteve a cargo de Sérgio Sisto, que viera pôr seu talento a serviço da Sociedade Música pela Música dois anos antes. A Sociedade, declarada de utilidade pública em 1996, tem grande prestígio enquanto herdeira da tradição musical de Pelotas, que remonta à fase das charqueadas. Desde cedo, a aristocracia da carne-seca procurava imitar a corte, sediada no Rio de Janeiro. Além de despejar dinheiro em construções, cultivava hábitos refinados e despachava os filhos para estudar na Europa. Na França, de preferência. Os rapazes retornavam mestres em gestos afetados, vestuário e outros modismos de Paris, fazendo “biquinho” ao falar francês,

para espanto dos gaúchos rudes dos pampas. Desde então, os pelotenses viraram motivo de zombaria injustificada por parte dos cultores irredutíveis do machismo nacional.

Felizmente, o legado dos charqueadores não se resumiu a isso. Eles deixaram ainda o Theatro Sete de Abril – o mais antigo em funcionamento no país – e o Theatro Guarany. Era com grande satisfação que desviavam para Pelotas famosas companhias européias de teatro e música que ali apresentavam seus espetáculos, antes da grande rival, Buenos Aires. Houve algumas tentativas de formar orquestras sinfônicas, que não prosperaram. Por fim, graças a seus preconceitos e de forma inconsciente, é óbvio, a velha elite estimulou o surgimento da mais antiga instituição cultural pelotense – a Banda Democrata, fundada em 7 de setembro de 1896.

Na Democrata tocavam os músicos pobres e os negros, excluídos dos salões dos coronéis e barões. Por ironia do destino, mais de cem anos depois, quando a aristocracia da carne-seca não passa de lembrança, a Democrata mostra vigor juvenil, tendo sido declarada oficialmente patrimônio cultural do município e do estado. Em favor dos aristocratas deve-se dizer que também deixaram para a posteridade o gosto pela música clássica.





Tanto assim que Pelotas é um celeiro de bons músicos, formados em conservatório e nas universidades locais.

Foi nesse meio de cultura que apareceu a Sociedade Música pela Música, em princípios da década de 1990. Na ocasião, um grupo de apaixonados pelas composições clássicas decidiu organizar um coral. Houve adesões e o grupo chegou a 1995 com cerca de 20 componentes, maduro o bastante para encantar Sérgio Sisto e convencê-lo de que a cidade era um campo aberto para realizações gratificantes. Àquela altura, concluída sua formação em Hartford, Connecticut (EUA), o maestro de 30 anos já exibia currículo invejável como instrumentista, cantor lírico e regente.

Gaúcho de Porto Alegre, Sisto iniciou a carreira aos 12 anos, como violista, em uma orquestra de câmara de Maringá (PR). A partir dos 15, ganhou o primeiro lugar por cinco anos consecutivos nos concursos promovidos pela escola de música da Sinfônica de Porto Alegre, participando de sucessivas temporadas da orquestra. Nos anos subseqüentes, atuou nos teatros mais importantes do país, em diversas funções, ao lado de maestros consagrados como Isaac Karabtchevsky, Silvio Barbato, Eleazar de Carvalho e Eugene Khon. E contracenou com estrelas internacionais do canto lírico no Brasil e no exterior.



Sob a condução de Sisto, o coral da Sociedade Música pela Música ganhou corpo. Desde então, sua história se confunde com a do maestro, que passou a organizar apresentações convidando músicos e cantores de fora. Em 2000, por exemplo, a Sociedade montou a ópera *Carmen*, de Bizet, com

instrumentistas da Sinfônica de Porto Alegre. Começaram então os ensaios da orquestra e dos solistas que vieram de Buenos Aires e São Paulo para se juntar ao destacado tenor pelotense Auido Munhoz. Naquele momento, uma contradição se tornou evidente, de acordo com Ana Elisa Kratz, cantora amadora e uma das dirigentes da Sociedade Música pela Música: “Tínhamos um coral sinfônico e não tínhamos a orquestra, que geralmente surge primeiro”. Para eliminar essa contradição e realizar um antigo sonho dos pelotenses, Sérgio Sisto deu o passo essencial em 2004.

Formou um pequeno grupo de cordas com músicos voluntários para acompanhar o coro em algumas peças. Esse grupo agiu como um catalisador. De repente, começaram a aparecer músicos de todos os tipos de instrumento querendo participar. De Pelotas, Rio Grande, São Lourenço, Piratini e Santa Vitória. Entre eles, professores experientes e militares de bandas do Exército e da Marinha. Alguns eram da Banda Democrata, como Guilherme Soares, o atual presidente, cujo avô foi diretor da banda, e o pai, regente e professor durante 50 anos. A filarmônica, portanto, também é democrata.

Contudo, do ponto de vista técnico, raras vezes se viu grupo tão heterogêneo. Havia músicos com formação sólida adquirida em conservatórios.

Era o caso de violinistas e outros que tocavam instrumentos de corda, madeiras e metais que normalmente não são usados na música popular. Também se apresentaram bons instrumentistas que tocavam de ouvido, sem saber ler partituras. Outros tinham apenas alguns rudimentos de teoria. Os ensaios principiaram com a Aleluia, de Hendel. A leitura da peça consumiu quatro meses, marcados por avanços milimétricos. Longe de desanimar, o maestro resolveu simplificar as partituras e fazer arranjos para cada instrumento. Assim todos puderam tocar. Sisto já fazia algo parecido para os integrantes do coral sinfônico que não sabem ler música. Como consegue reproduzir vozes de todos os naipes, grava fitas para que os cantores se exercitem nos momentos de folga.

Os resultados não tardaram a aparecer, ainda que haja apenas um ensaio por semana. “A orquestra tem garotos de 12, 13 anos, e pessoas de até 70. E um repertório enorme de boas histórias individuais. Algumas tristes, outras felizes. Um trompetista promissor foi obrigado a parar para trabalhar na roça. Substituiu o trompete pela enxada. Nunca mais o vi. Da gurizada, diversos são oriundos de bandas de Pelotas e outras cidades do interior. Em geral esses meninos começam sem nenhuma técnica. Quando têm sorte, encontram algum maestro que começa a lhes ensinar teoria, solfejo e um

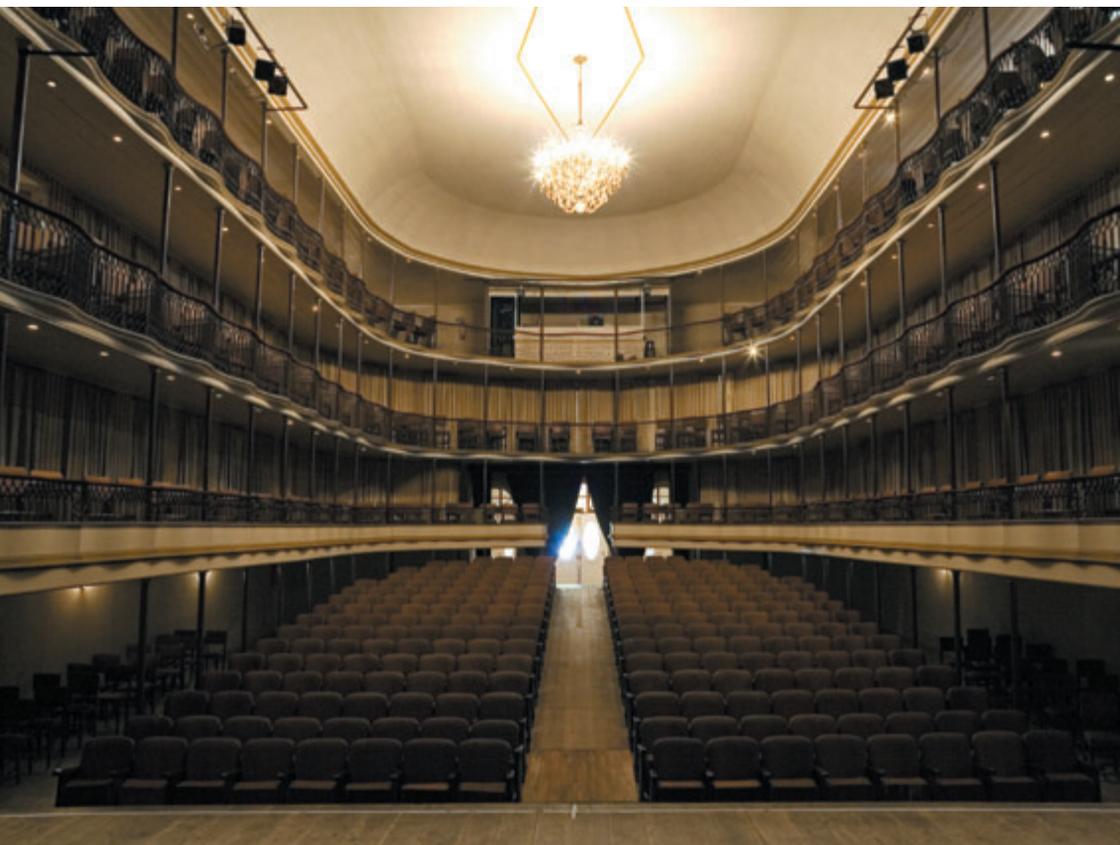


pouco mais sobre o instrumento de sua predileção. Integram grupos. Muitos vão tocar na noite. Vários lembram esponjas, que absorvem tudo muito rápido. São bons de ouvido, intuitivos, se guiam pelo coração”, diz o maestro. “Agora meus arranjos costumam ser mais elaborados. Para minha satisfação, coloco a partitura na frente deles e saem tocando de primeira vista. É fantástica a evolução da gurizada. Imagino a maravilha que seria a benção de ter três ensaios por semana...”.



Com a questão técnica da leitura solucionada de forma satisfatória, o maestro teve de praticar a arte de “transformar” músicos para cobrir algumas lacunas. Foi assim que trompetistas viraram trompistas, um saxofonista descobriu o oboé, e um militar aceitou o desafio de trocar o flautim pelo fagote. No entanto, havia outra dificuldade: a falta de instrumentos, aguda no princípio. Nesse ponto, o maestro mostrou uma veia imbatível de “garimpeiro”. Soube que a Universidade Federal de Pelotas guardava os pertences de uma das orquestras do passado, como fiel depositária, e pediu à reitoria para socorrer a filarmônica. A Universidade acudiu. Infelizmente, parte do acervo estava em más condições, devido à ação do tempo. Mas vários instrumentos foram restaurados. Assim, a filarmônica ficou bem próxima da conformação atual.

O último grande avanço foi proporcionado pelo Programa Monumenta. A Secretaria Municipal de Cultura, sob o comando de Beatriz Araújo, que também é produtora cultural, alertou a Sociedade Música pela Música para um edital do Programa e ofereceu-se como parceira. Daí nasceria o **Projeto Música, Patrimônio Vivo**, também em parceria com a Universidade Católica de Pelotas. Carmem Roig, coordenadora da UEP local, observa: “A Sociedade Música pela Música se encaixava com perfeição nos objetivos do Programa.



Trata-se de entidade que, por via da música, patrimônio imaterial, atrai a comunidade para os teatros e outros monumentos da cidade, com geração de renda”.

Em contrapartida ao investimento do Monumenta, a Secretaria de Cultura ofereceu local para os ensaios, funcionários de apoio, telefones, água e energia elétrica. A Universidade Católica de Pelotas contribuiu com publicações, impressos e divulgação, por meio da assessoria de imprensa. O cacife da Música pela Música foi o trabalho voluntário de uma equipe de associados. O maestro Sérgio Sisto ficou como coordenador geral do projeto e Ana Elisa Kratz com a direção de produção.

Do Monumenta, a sinfônica ganhou alguns instrumentos novos, 60 estantes de música, partituras, e um suprimento indispensável de componentes como palhetas e cordas. Os músicos de outras cidades passaram a receber ajuda de custo para comparecer aos ensaios semanais. O aumento da frequência permitiu à filarmônica dar um salto de qualidade. Para o aperfeiçoamento dos músicos, o projeto também proporcionou *master classes*, ministradas por professores da Universidade de Santa Maria, em 2006. Foi um sucesso, conforme relata Ana Elisa: “Como produtora, tinha a preocupação de

verificar a participação dos inscritos. Logo descobri que não havia necessidade de fazer isso. Ao contrário. Todos vinham bem antes do horário marcado, para ensaiar ou fazer perguntas aos professores. Difícil era conseguir separá-los dos alunos, para que pudessem almoçar”.

A experiência somou de um lado, mas subtraiu de outro. A sinfônica pelotense perdeu vários instrumentistas jovens para a orquestra de Santa Maria. Outros passaram para a escola da orquestra de Porto Alegre. Sérgio Sisto lhes dá razão. “Eles têm de ir embora mesmo, pois gostam muito do que fazem. E merecem viver da música”. A perda de alguns instrumentistas não impediu que o saldo do projeto fosse amplamente positivo. Além de ajudar a resolver problemas técnicos e eliminar carências materiais, o Projeto Música, Patrimônio Vivo tornou a orquestra ainda mais conhecida na região, graças a uma campanha de divulgação.

Tais ações estão alinhadas com uma das principais metas do Programa Monumenta, que é a de impulsionar atividades culturais e econômicas até o ponto em que possam seguir adiante por seus próprios meios. “Como resultado da estratégia de divulgação, pessoas das cidades vizinhas já organizam excursões para vir a nossos espetáculos, se apropriando do coral

e da filarmônica”, comemora Ana Elisa. É certo que as iniciativas da Sociedade Música pela Música têm sido patrocinadas por instituições e empresas pelotenses, às vezes por meio da lei estadual de incentivo à cultura. Também é verdade que as apresentações lotam regularmente os teatros. Porém, uma filarmônica de 60 músicos e um coro sinfônico de 80 cantores não se mantêm só com o resultado das bilheterias, mais as mensalidades dos sócios. “Para sobreviver, temos de enfrentar um leão por dia”, diz Ana Elisa. Nas condições brasileiras, a existência da filarmônica é quase um milagre, que só a música pode operar.

Assim, enquanto recorre a todas as fontes possíveis de financiamento, a Sociedade Música pela Música espera criar uma rede de sustentação para a orquestra, admitindo a contribuição de pessoas, empresas e outras entidades públicas e privadas. Mas uma coisa está fora de questão: a independência da filarmônica que, até onde se sabe, é a única do Brasil que não pertence a alguma organização. “Queremos remunerar os músicos, que eles se profissionalizem. Mas também não queremos viver numa posição instável em que, a qualquer momento, um prefeito, ou o reitor de uma universidade, nos diga que não quer mais a orquestra, que seus interesses são outros”, explica Ana Elisa. Nesse caso, a Sociedade Música pela Música procura trilhar o

caminho aberto por outra entidade independente que fundou e mantém: a Biblioteca Pública de Pelotas.

Só uma ampla rede de apoio poderá assegurar o fluxo contínuo de recursos que a Sociedade Música pela Música necessita para levar adiante outros projetos. Além de profissionalizar os músicos, o que se pretende é criar uma escola semelhante à da Sinfônica de Porto Alegre. As duas coisas devem andar juntas. Além de viver da música, os professores teriam uma escola para lecionar. Com um mercado de trabalho estável, Pelotas deixaria de exportar seus melhores talentos. E poderia tornar o centro histórico ainda mais atraente, por meio dos concertos de música clássica. A comunidade, bem impressionada, mostra disposição para colaborar financeiramente. Alguns acontecimentos recentes não deixam margem a dúvidas, ainda que as quantias envolvidas sejam modestas.

O próprio Sérgio Sisto, que hoje é pelotense honorário, deu o exemplo. A execução da Missa de Gounod exige duas trompas, no mínimo. Sisto partiu para o “maestrocínio”, que é o patrocínio do maestro, como ele diz, brincando. Comprou o instrumento batizado como “Ana Elisa” em maio de 2007. Uma “ação entre amigos”, que arrecadou contribuições na faixa de 50



a 200 reais, garantiu a compra da segunda trompa – “Suzana”, em homenagem a Suzana Zambrano, uma das herdeiras e administradora do Theatro Guarany, e também cantora do coral sinfônico. Suzana tem colaborado sempre com a Sociedade Música pela Música. Em 2003, por exemplo, atendendo um pedido do maestro, mandou abrir o fosso de

orquestra do Guarany, coberto por assoalho havia 50 anos. Com o local recuperado, a Sinfônica de Porto Alegre veio participar da montagem da ópera La Traviata, com participação do Balé de Pelotas, de Dicléia Souza, companhia que existe há 40 anos.

Algum tempo antes da remoção do assoalho, o fosso deu origem a uma boa história. Certo dia, algumas pessoas se arrepiaram ao ouvir música no Guarany, vazio naquela hora, sem conseguir descobrir de onde provinha o som. A música, um tanto desafinada, era de piano, com certeza. Mas como Pelotas não tem notícias da presença de fantasmas em seus monumentos, ninguém arredou pé, até que o ambiente silenciasse e Sérgio Sisto emergisse de uma entrada lateral que dá acesso ao porão, interditada na época. Ele havia encontrado um piano no espaço do fosso, em meio a peças de cenários antigos e outros velhos guardados, cobertos pelo pó de décadas. O instrumento era um Uebel & Lechleiter de meia-cauda, alemão. Suzana Zambrano nem desconfiava de sua existência e prontamente concordou em vendê-lo para a filarmônica, por um preço bem camarada.

O maestro chamou um especialista para avaliar o troféu. Feito o exame, o profissional recomendou a restauração, serviço do qual se encarregou,

cobrando também um valor baixo. Para pagar o piano e o restauro, a Sociedade Música pela Música fez a campanha “Compre uma tecla”, vendendo a unidade por 200 reais. Pessoas e empresas contribuíram e, meses depois, a Sociedade recebia o piano em ótimas condições. Mais adiante, o maestro descobriu um violino no Museu da Casa da Baronesa. Instrumento de boa cepa, fabricado por *luthier* de uma escola francesa do século 19 que imitava os Stradivarius. O violino pertencera a Olga Fossati, grande instrumentista pelotense, já falecida.

Preocupado com o estado de conservação da peça, Sisto convenceu a direção do museu a cedê-la para uso da orquestra, após os trabalhos de restauração. Em junho de 2007, dias antes do ensaio descrito na abertura deste texto, o instrumento já estava com o restaurador, e alguns violinistas da sinfônica, junto com o maestro, experimentavam o arco de Olga Fossati. Exemplar magnífico, perfeitamente equilibrado, com acabamento primoroso. Os violinistas disseram que ficaram maravilhados com suas qualidades. Apesar da estação, o dia estava quente e úmido, sem vento. Mesmo assim, garantem os músicos, quando alguém começou a tocar, várias portas do Grande Hotel se fecharam sozinhas. Teria sido mais um milagre da música?

Espectáculos na rua



Espectáculos na rua

O inverno no extremo sul do Brasil costuma ser frio e chuvoso. Mas não é suficiente para congelar a cordialidade dos pelotenses mais velhos, nem seu entusiasmo pela terra natal. O professor Samir Curi Hallal é um daqueles que os rigores do clima não intimidam. Madrugador, quando decide ciceronear algum visitante, sai ainda bem cedo. Protegido por guarda-chuva e sobretudo, percorre as ruas do centro com surpreendente rapidez para um homem de 70 anos. No trajeto, pára em café tradicional. Rotina de todos os dias: ali cumprimenta e troca informações com os amigos e conhecidos que estão prestes a iniciar a jornada de trabalho.

Depois, enquanto caminha, aponta os edifícios mais importantes e discorre com animação sobre cada um, citando pormenores das construções e o contexto em que foram realizadas. O veterano professor de economia não é o único capaz de estender uma ponte até o passado, para torná-lo inteligível e atraente. Mas o ideal é que muitas pessoas, principalmente das novas gerações, compreendam que a cidade e sua cultura também lhes pertencem. Trata-se de condição essencial para que o patrimônio histórico possa resistir sem sobressaltos à passagem do tempo.

Foi com esse propósito educativo que o **Projeto Cultura Aberta** deslanchou na cidade, montando espetáculos de teatro, música, dança e cinema em áreas públicas, onde há monumentos. Por isso as “caravanas” do projeto se deslocavam de um bairro a outro com o *slogan* “Revitalizando o Patrimônio Cultural de Pelotas”. As apresentações se deram em fins de semana, das 15h às 20h, aproximadamente, em datas bem espaçadas no tempo. Os locais escolhidos são freqüentados pela população nos momentos de lazer. Mas o objetivo não era organizar eventos em lugares movimentados. E sim chamar a atenção dos cidadãos para os monumentos e seus vínculos com a história do município, por vezes esquecidos ou ignorados.

O projeto, patrocinado pelo Programa Monumenta, ficou sob a responsabilidade da Fundação Cultural Princesa do Sul, em parceria com a Universidade Católica de Pelotas e a Secretaria Municipal de Cultura. Inscreveram-se 72 grupos e artistas individuais, com 51 propostas musicais, 11 de dança e 10 de teatro, mostrando a vitalidade incomum de Pelotas nessa área.

Contudo, quase a metade dos inscritos não conseguiu passar pelo crivo das comissões de triagem e seleção. Entre amadores e profissionais, foram



aprovados 26 grupos de música, oito grupos de dança e oito de teatro, num total de 103 pessoas. Alguns quesitos básicos tiveram de ser atendidos. Por exemplo: as esquetes teatrais não poderiam ir além de 20 minutos, assim como os números de dança. O tempo reservado aos músicos foi mais generoso – 40 minutos.

O público fez seu primeiro contato com o Cultura Aberta em 19 de agosto de 2006, no Museu Municipal Parque da Baronesa, que tem área de sete



hectares e uma residência senhorial, erguida no século 19. Nessa casa são expostos objetos que pertenceram a uma das famílias de charqueadores, além de outras coleções. Durante as apresentações, a platéia foi convidada a olhar ao redor e redescobrir os atrativos do parque.

Os espetáculos se caracterizaram pelo ecletismo. Assim, logo nessa primeira edição, subiram ao palco músicos eruditos, uma banda de *rock*, um instrumentista e compositor de música popular brasileira e um coral de tradição alemã. Seguiram-se apresentações de teatro e dança. Para encerrar, a exibição de um curta-metragem realizado na cidade. Essa estrutura básica foi mantida nos eventos subseqüentes do projeto.

Além de aproximar a população do patrimônio histórico edificado, o Cultura Aberta tinha outros objetivos. Fazer “circular a cultura”, por exemplo. Pelotas orgulha-se de ser um dos pólos de produção artística do estado. No entanto, à medida que crescem, as cidades dão origem a manifestações culturais localizadas, por meio de grupos que surgem de forma espontânea no interior das comunidades. Parte deles desaparece. Dos que sobrevivem, a maioria segue mais ou menos confinada onde nasceu, num processo de segregação determinado pela renda de seus integrantes e outros fatores sociais.

Pelotas não fugiu desse modelo. Mas, com o Cultura Aberta, o município decidiu ao menos dar a grande número de interessados uma oportunidade de mostrar suas criações a um público maior, em ambiente organizado, com boas condições técnicas de palco, som e iluminação. Isso nem sempre é possível em cidades interioranas, onde são escassos os incentivos à produção artística. Despesas e riscos ficam por conta de quem tem algo para mostrar. Pode ser uma peça de teatro. Nesse caso, é preciso gastar com cenários, figurinos e aluguel do recinto apropriado. E muitas vezes não se cobram ingressos. Esse trabalho “social” acaba asfixiando ou desanimando os grupos desprovidos de recursos.

Ao atrair milhares de pessoas, de todos os bairros e estratos de renda, o Cultura Aberta rompeu barreiras geográficas e deu aos artistas um canal de expressão. E beneficiou, sobretudo, os pelotenses que têm pouco ou nenhum acesso a produções culturais dessa natureza. Muita gente pôde ver pela primeira vez espetáculos de companhias que, pouco conhecidas na cidade, já estão conseguindo projeção até mesmo fora do estado. O Grupo Anjos e Querubins se enquadra nessa categoria. Formado por jovens da periferia, atua com teatro e música e acabara de ganhar prêmio em festival de música patrocinado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), em Porto Alegre.



Por sua vez, o Grupo de Dança Trem do Sul fora classificado para a etapa final do Festival de Dança de Curitiba.

Exibições de curtas-metragens, em tela montada no palco, encerraram os eventos. As pessoas ficaram um tanto surpresas com o cinema na rua, e mais ainda quando viram produções locais, em geral com roteiros dos próprios realizadores, abordando temas urbanos. Os filmes policiais e as comédias predominaram. Algumas das produções também já haviam sido apresentadas em mostras de cinema. Ao divulgar os artistas locais, o Cultura Aberta também deu-lhes a oportunidade de se firmarem no mercado, melhorando suas perspectivas em relação ao aumento da renda com as atividades profissionais. Os benefícios do projeto não se esgotaram aí.

“Fizemos uma boa radiografia da produção pelotense. Ela nos mostrou que fora do eixo central da cidade existem obras de qualidade em qualquer linguagem artística. Mas a experiência foi de extrema relevância para todos os envolvidos, que tiveram a oportunidade de trocar impressões sobre seus respectivos trabalhos e a forma de apresentá-los. Afinal, reunimos gente de todos os segmentos, num mesmo espaço, que foi o palco montado ao ar livre. Todos os grupos, é claro, tiveram de se enquadrar na estrutura oferecida.

O pessoal de teatro, sabendo que se tratava de espetáculos de rua, procurou melhorar sua projeção de voz. Todos os detalhes como esse foram motivos de discussão”, diz o jornalista e produtor cultural Alex Ramirez, diretor-executivo do Cultura Aberta.

O projeto também foi didático para alguns que não passaram da fase de classificação, ainda que tivessem trabalhos de qualidade. Falharam na entrega de documentos, por exemplo. Ramirez comenta: “É comum o artista se iludir, pensando que basta criar. Não é assim. Qualquer grupo deve preparar um currículo, registrar-se, ter um nível mínimo de organização para participar de projetos sérios. Redigir uma sinopse para explicar o porquê da obra que pretende apresentar. Como os organizadores de eventos poderão pagar alguém que não entrega cópias de documentos essenciais como identidade e CPF? Um grupo que queira se manter vivo deve ter tudo isso, além de boa produção”. Em vista dos resultados, Ramirez se declara confiante, acreditando que o Cultura Aberta terá continuidade. “Um projeto assim vem para impulsionar, estimular essas atividades. A partir do patamar que alcançamos, creio que não será difícil reeditá-lo, com novos e antigos parceiros, tendo o apoio do município ou de alguma instituição local”.

O patrimônio como palco

O patrimônio como palco

No começo dos anos 1990, em Pelotas, as plantas de um edifício misto saíram do escritório dos projetistas para o canteiro de obras. Seria um prédio de apartamentos com *shopping center*, mais algumas dependências autônomas destinadas a usos diversos. O espigão elevou-se nas proximidades da praça Coronel Pedro Osório até a construtora falir e o trabalho parar, a meio caminho da materialização dos sonhos do grupo de investidores. A cidade foi obrigada a incorporar o esqueleto de concreto à paisagem, e o judiciário ganhou a embrulhada para destrinchar. Por envolver interesses de múltiplos credores, a pendenga falimentar se arrasta no fórum, como de hábito: em meados de 2007 ainda não havia solução à vista. Pouca coisa foi concluída no prédio. Assim, exceto a afluência dos clientes de uma agência bancária, localizada no térreo, e o vaivém de automóveis nas garagens subterrâneas, nenhum movimento digno de nota ocorreu ali durante 12 anos, a partir de 1994. Até a noite de 25 de outubro de 2006, quando a estrutura se iluminou, lembrando um farol – desses que orientam navios.

Do último pavimento, lâmpadas potentes, semelhantes a holofotes, lançavam jatos de luz em todas as direções, através do vazio das paredes.

Como a cidade é muito plana, o espetáculo podia ser visto desde pontos bem distantes, atraindo seus moradores para o centro. Era a inauguração da mostra Intervenções Artísticas no Entorno da praça Coronel Pedro Osório ou, simplesmente, **Interações Urbanas**. Os curiosos, vindos dos bairros periféricos, engrossaram a multidão que já caminhava pelas ruas em festa. Na praça havia coquetel para o público, além de dança e música, em meio às obras de restauração conduzidas pelo Programa Monumenta e instalações da feira do livro, evento tradicional. Barraquinhas distribuíam cachorro-quente, pipoca, churros e outros comestíveis. O Grande Hotel, iluminado por uma cascata de luzes, se animava com um ensaio da Orquestra Filarmônica.

No prédio inacabado, faixas traziam inscrições pitorescas e instigantes: “a morde mãe”, “vendo a vista”, “duplex com tv”, “aceito passe”, “priva cidade”, “exija o impossível” e muitas mais. A maior de todas pendia de alto a baixo numa das fachadas. Em letras garrafais, nela se lia “ocupação”. O conjunto de luzes e faixas, denominado Parasitas, era criação do BijaRi, grupo formado por arquitetos, engenheiros e *designers* paulistas, participante da mostra Interações Urbanas. Apresentar a obra deu trabalho: os artistas usaram até equipamento de rapel para escalar o prédio. E esperavam que o edifício conservasse a “decoração” até 25 de novembro, data de



encerramento do projeto. Contudo, a palavra “ocupação” soou fatídica para o síndico da massa falida, que levou um susto quando viu o prédio destacar-se na escuridão da noite. Mas logo se recompôs: na manhã seguinte tomou medidas judiciais contra a “invasão”.

Ninguém precisou intervir. Os responsáveis pelo projeto, Fundação de Apoio Universitário, Universidade Federal de Pelotas e Prefeitura Municipal, retiraram equipamentos de iluminação e faixas dois dias mais tarde. Estudantes protestaram contra a remoção. Mas as pessoas diretamente ligadas ao evento se declararam satisfeitas com o desfecho do caso. Sobretudo as do BijaRi, que alcançaram seu objetivo de forma plena, em tempo recorde. Com ampla cobertura dos meios de comunicação, o grupo levou a população a reconhecer e a debater a presença incômoda do espantinho de concreto. “Sabemos que esse empreendimento frustrado é uma dor de cabeça para quem investiu no conjunto residencial ou no *shopping*. Mas a idéia era projetar a discussão para além dos aspectos financeiros e dos direitos de propriedade. Como é possível que essa construção fique parada durante tantos anos? O pior é a passividade das pessoas diante da realidade. Ninguém questiona, ninguém olha, ninguém vê. É assim que o caos urbano se instala”, diz a artista plástica e produtora

cultural Luciana Dias da Costa Vianna, uma das organizadoras do projeto.

Carmem Roig, coordenadora da unidade local do Monumenta, observa: “O Programa Monumenta queria que os projetos para a cidade dessem relevo à preservação do patrimônio do município, chamando a atenção dos cidadãos de Pelotas para a praça e o entorno, espaço urbano de arquitetura diferenciada, que contrasta com as edificações modernas. Porém, o plano diretor da cidade, que é de 1980, permite construções de qualquer altura nos limites do centro histórico”. Despertar reflexões sobre os vínculos que existem entre arte, cidade e patrimônio histórico – o que foi, o que deveria ser e o que é Pelotas na atualidade –, era exatamente o propósito do projeto Interações Urbanas. Alguns especialistas foram convidados para debater esses temas com os artistas da mostra, representantes da comunidade, intelectuais das universidades, dirigentes de museus, grupos de teatro e de música, artesãos e produtores que atuam no cenário cultural da cidade.

O seminário aconteceu nos dias 26 e 27 de outubro, no Centro de Integração do Mercosul. Quem ficou de fora por falta de espaço também pôde participar, graças a um telão e equipamento de videoconferência colocados na praça. Ainda no Centro de Integração do Mercosul, foi aberta uma



exposição documental. Por meio de DVDs, contendo imagens e entrevistas, os visitantes se informavam sobre a trajetória dos artistas que fizeram a mostra Interações Urbanas. Era o ponto de partida ideal para um contato direto com a mostra. Na praça, a artista paulista Laura Vinci, além de iluminar as fachadas do Grande Hotel e do Theatro Sete de Abril, colocou lâmpadas no pavimento superior da Biblioteca Pública pelotense, de onde forte luminosidade saía pelas janelas abertas.

Elaine Tedesco, artista porto-alegrense, instalou guaritas com projetores de *slides* que lançavam imagens sobre três prédios históricos no entorno e no interior da praça.

Mais adiante, ao lado do Mercado Municipal, o rio-grandino Daniel Acosta montou uma escultura que lembrava um abrigo para usuários de ônibus. Muitos pelotenses sentaram-se ali, onde já existiu um abrigo. E crianças vinham brincar, reocupando o espaço público. Com o tempo, apareceram pichações. “Eram ótimas. Delicadas. Verdadeiras intervenções nas intervenções urbanas”, diz Luciana Vianna. As pichações também chegaram a uma cabine, criada pela paulistana Renata Padovan, posta sobre um calçadão próximo. Nela, dois aparelhos de televisão exibiam detalhes de um chafariz da praça, cuja restauração foi a primeira obra do Monumenta na cidade. Na inauguração e nos dias subseqüentes, milhares de pessoas percorreram o trajeto, evidenciando o sucesso do projeto Interações Urbanas, que nasceu na Universidade Federal de Pelotas.

O primeiro movimento se deu quando a Secretaria de Cultura procurou o professor Lauer Alves Nunes dos Santos, interessada em parcerias para desenvolver projetos que seriam propostos ao Monumenta.

Lauer, coordenador do Curso de Artes Visuais, ministrava a disciplina Prática Profissional. Por exigência do curso, os alunos fazem projetos fictícios. Ao surgir a oportunidade de criar algo que se tornaria realidade, todos se envolveram como assistentes, cerca de 70 pessoas. “Mesmo com tanta gente”, diz Lauer, “foi uma correria. Mas valeu a pena. Meses depois comemorávamos a aprovação da proposta”. Então, Luciana Vianna, que trabalhava na Secretaria de Cultura, resolveu sair da prefeitura e se dedicar inteiramente ao projeto.

Outra decisão importante foi tomada: “Resolvemos procurar uma curadora que não vivesse em Pelotas, para que tivéssemos um olhar diferente sobre a cidade. Pois nós já estamos acostumados com os prédios, com sua visibilidade, ou invisibilidade”, ela comenta. A convidada foi Solange Lisboa, especialista em História da Arte, que veio de São Paulo para trabalhar intensivamente com os alunos durante três meses. Para realizar o projeto, ela convidou artistas que tinham uma trajetória destacada na arte contemporânea. E eles começaram a pensar, tendo por base o entorno da praça Coronel Pedro Osório. Os de fora vieram mais de uma vez, conversaram com as pessoas, entenderam o que significava o Monumenta. A Universidade e os alunos se movimentaram muito, fazendo pesquisas e



uma prática profissional muito interessante. Também houve seminários internos com os artistas. A partir daí começou a construção da mostra.

Lauer acrescenta: “A curadora, experiente, fez questão de chamar representantes de diversos segmentos da sociedade para o ciclo de palestras.



E elas reagiram de forma muito positiva. O momento também foi adequado, porque as obras de restauração estavam sendo realizadas no centro, em lugares que, de certa forma, haviam sido esquecidos. O evento conseguiu tocar, balançar as pessoas dos mais diversos segmentos, pois deu novo significado àquilo que faz parte de nosso cotidiano. Coisas que a gente não consegue enxergar mais. Os artistas desenvolveram projetos com linguagens variadas, lançando olhares diferentes sobre a cidade. Portanto, a combinação de arte contemporânea e patrimônio histórico foi muito feliz”.

“Até hoje há quem nos procure para pedir informações sobre o evento, algumas para fazer trabalhos acadêmicos que discutem questões relativas à subjetividade e ao imaginário, usando a cidade como ponto de partida. As pessoas nos dizem que devemos trabalhar sempre com o foco ajustado no patrimônio. Porque esse é o diferencial de Pelotas. Por tudo isso, embora não saibamos ainda com que periodicidade, pretendemos reeditar esse projeto-piloto, porque ele permanece vivo na memória das pessoas. Além de despertar o interesse de gente de fora, que quer conhecer a cidade, bastante citada na mídia nacional durante o evento. Também é estratégico continuar trazendo artistas de outras partes do país, porque isso vai firmando a imagem de Pelotas como centro produtor de cultura”.

Doçuras de Pelotas



Doçuras de Pelotas

Pelotas tem na produção de doces finos de origem portuguesa uma de suas mais caras tradições. A arte pelotense de fazer tais guloseimas talvez não encontre rival no país. Portanto, é justo que a cidade se auto-denomine “capital nacional do doce”. Para títulos assim não há reconhecimento oficial. Não importa. A doçaria pelotense em breve deverá ser reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil e inscrita no Inventário Nacional de Referências Culturais, do IPHAN, graças a um projeto de pesquisa apoiado pelo Programa Monumenta. Isso acontece em boa hora, pois a tradição doceira do município, além de apresentar características singulares, é longeva. Não se pode determinar a data exata em que começou. Contudo, mesmo sem a certidão de nascimento, pode-se afirmar que sua existência ultrapassa com folga os 150 anos: já na década de 1840, irmandades de mulheres católicas costumavam ofertar bandejas de doces preparadas com esmero para algumas comemorações religiosas.

É razoável supor que a doçaria pelotense tenha amadurecido em época mais recuada: não é prudente levar produtos dessa natureza para a esfera pública sem antes experimentá-los no ambiente doméstico. Ainda mais que naquele

tempo o consumo de doces era sinal de distinção. Fora as festividades religiosas, os amanteigados, camafeus, ninhos, bem-casados, olhos-de-sogra, quindins, babas-de-moça, fatias de Braga, trouxas de amêndoas, pastéis de Santa Clara e outras delícias só poderiam ser encontradas nos saraus, festas, banquetes e reuniões da aristocracia. Esse privilégio marcou o século 19 pelotense, enquanto a carne-seca e o trabalho escravo caracterizavam a economia. As exportações de charque davam aos potentados locais a capacidade de importar um sem-número de artigos de luxo. Inclusive o açúcar, que há muito já não valia seu peso em ouro, mas ainda estava longe de ser mercadoria ao alcance de todos.

Quando a indústria do charque passou a manquitolar, os doces finos – ou “de bandeja” – romperam o circuito fechado por onde transitavam apenas os ricos e, pouco a pouco, caíram na boca do povo, literalmente. Desde então, até hoje, a produção tornou-se fonte de renda perene para muita gente – vendedores ambulantes, donos de confeitarias, banqueteiras profissionais e professoras de culinária. Também houve mudanças nas receitas, em metamorfoses típicas das tradições duradouras. E os doces, num processo dinâmico, alcançaram todos os interstícios da sociedade. Faz tempo, por exemplo, que se incorporaram como oferendas aos rituais do



batuque, religião afro-brasileira, semelhante ao candomblé. No entanto, não foram os doces de bandeja que projetaram Pelotas no mercado. Mas, sim, os chamados doces coloniais, ou “de tacho”, cujas origem e difusão estão relacionadas com o declínio da indústria saladeiril. Essa reviravolta histórica

no rumo dos negócios, ocorrida em fins do século 19, forçou os charqueadores a vender ou arrendar propriedades no município.

Os novos ocupantes vieram da Europa. Alemães, pomeranos, italianos e franceses formaram núcleos mais populosos de agricultura familiar. Em sua bagagem cultural, os recém-chegados trouxeram uma tradição doceira,



desenvolvida nos países de origem, para aproveitar os excedentes de frutas que estavam habituados a produzir há muitas gerações. Aqui a brasileiríssima goiaba logo fez companhia às maçãs, pêssegos, uvas e morangos. E também ao marmelo, ao figo e às laranjas. Esse conjunto de frutas é matéria-prima de doces em calda, em massa para cortar e cristalizados; passas, geléias e sucos. Pequenas agroindústrias familiares não tardaram a surgir, ao lado da produção artesanal para consumo doméstico. Essa vertente doceira, estabelecida no meio rural, saiu na frente para conquistar consumidores de localidades mais distantes. Assim, Pelotas e arredores ficaram conhecidos como pólo produtor.

As formas artesanais de produzir doces de frutas sobrevivem na zona rural, onde se preservam métodos e utensílios antigos: tachos de cobre, colheres de pau e fogões a lenha. A produção para o mercado é realizada também por empresas de porte, que operam no distrito industrial de Pelotas. Para a cidade, em que há anos acontece a Feira Nacional do Doce, a doçaria possui valor inestimável do ponto de vista da cultura e da economia. Segundo mapeamento feito pelo Sebrae, em Pelotas, o setor conta com 140 doceiros – empresas e pessoas físicas –, entre fabricantes e comerciantes de doces coloniais e doces de confeitaria, também identificados como doces finos.

Além de diferenciar Pelotas, esses produtos são um elemento importante na composição da memória social e da identidade cultural – patrimônio que merece o reconhecimento de todo o país.

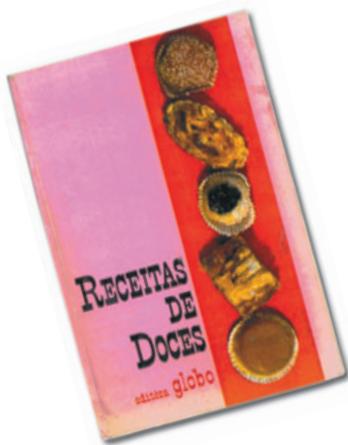
Para caracterizar e inscrever a tradição doceira da região na categoria de patrimônio imaterial brasileiro, o Programa Monumenta patrocinou um projeto de pesquisa abrangente, que ficou sob a responsabilidade da Câmara dos Dirigentes Lojistas, apoiada pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Universidade Federal de Pelotas. A Universidade foi a entidade executora, por meio do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, onde se formou a equipe de pesquisa, coordenada pela professora Flávia Maria Silva Rieth. O trabalho, realizado em três etapas, seguiu a metodologia recomendada pelo IPHAN. Na primeira fase, a equipe definiu os bens a serem inventariados – doces finos e coloniais –, a partir de registros históricos, além de catalogar livros que fizessem referências à doçaria pelotense. Em seguida, delimitou a área da pesquisa: o atual município e “Pelotas Antiga”. Isso porque, no século 19, o território pelotense era muito maior, tendo sido recortado com o tempo para dar origem a São Lourenço (1884), Capão do Leão (1982), Morro Redondo (1988), Turuçu (1995) e Arroio do Padre (1996), localidades onde também se desenvolveu a doçaria.





No decorrer das atividades de campo, os pesquisadores entrevistaram 40 conhecedores da tradição doceira e pessoas envolvidas com a produção em qualquer um dos seus ramos – artesanal, manufaturada ou industrial.

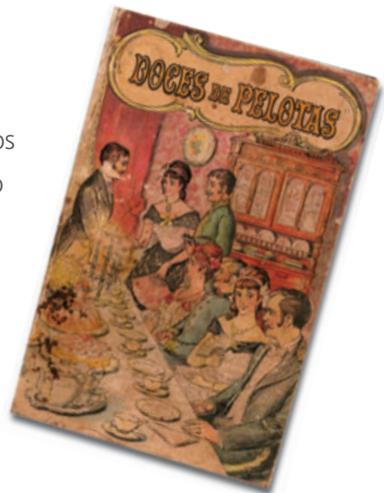
A pesquisa revelou que os doces pelotenses são citados em 101 obras. Um dos livros específicos mais importantes é *Doces de Pelotas*, lançado em 1959 pela antiga Editora Globo, de Porto Alegre. Uma reedição, de 1970, teve o título mudado para *Receitas de Doces*. Em 1997, surgiu *Doce Pelotas: preciosas doceiras*, organizado por Elizete Jeske, seguido de *Doces de Pelotas: tradição e história*, de Mário Osório Magalhães, em 2001. Finalmente, em 2003, o Senac Nacional publicou *Doçaria tradicional de Pelotas*, com receitas de doces finos, contendo um ensaio do antropólogo Raul Lody sobre a história do doce no Brasil, e um ensaio de Mário Osório Magalhães. Referências indiretas à doçaria pelotense foram encontradas em livros de literatura, em narrativas de viagens, memórias, ensaios sociológicos, reportagens e entrevistas em jornais. Os pesquisadores fizeram filmes em vídeo e cerca de 2 mil fotografias de doces, utensílios, livros de receitas e documentos para a etapa final do projeto – a documentação em fichas e material audiovisual.



Das pesquisas sobre a história e a produção dos doces tradicionais pelotenses derivou um atraente trabalho acadêmico. A monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais intitulada *Aqui nós cultuamos todas as doçuras*, assinada por Marília Floôr Kosby. Orientada por Flávia Rieth, Marília mergulhou no universo do batuque para revelar, com sensibilidade, a contribuição dos afro-descendentes para a perpetuação e atualização da doceria pelotense. Segundo a professora Flávia Rieth, o estudo etnográfico realizado por Marília Kosby “analisa os significados atribuídos aos doces e à doçura nos rituais de nação, como também é conhecido o batuque. As comidas são elementos litúrgicos fundamentais nas cerimônias dessa religião. Os doces são oferecidos aos orixás nos quartos-de-santo e nas bandejas de oferendas. Além deles, o uso de mel e azeite de dendê em diversos procedimentos ritualísticos mostra como o povo-de-santo se vale de categorias como doçura e amargura na elaboração de suas práticas”.



Os negros, desde o princípio, aprenderam a fazer os doces de bandeja, que mais tarde usariam no culto aos orixás – deuses que criaram e regem o mundo, a vida social dos humanos e aspectos da vida natural, de acordo com as crenças do batuque ou nação, religião afro-rio-grandense da mesma matriz que o candomblé da Bahia. O quindim é um exemplo de doce tradicional apropriado pelos seguidores da nação. Trata-se da oferenda predileta de Oxum. No panteão do batuque, Oxum é uma orixá que, enquanto mãe, protege as gestantes, sendo também patrona da fertilidade e deusa das grandes águas doces e das riquezas. Quem lhe oferece quindins – doces pequenos, feitos de gemas de ovo, açúcar e coco –, em bandejas enfeitadas, além de agradar a deusa, também pede que zele por suas relações afetivas e riquezas materiais.



Com os doces e demais projetos desenvolvidos na cidade, o Programa Monumenta deu um poderoso impulso à recuperação do patrimônio material e imaterial de Pelotas, alcançando o objetivo estratégico de conjugar a preservação desses bens culturais com o desenvolvimento econômico e social.



Investimentos nas Ações Concorrentes do Programa Monumenta em Pelotas

Projeto

Qualificação Profissional de Nível Básico para Ofícios do Restauro e da Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Pelotas - RS

Financiador

Programa Monumenta/MinC

Realizador

SINDUSCON-Pelotas/CEFET-RS

Objetivo

Promover curso de capacitação na área de restauro, em duas edições e composto por cinco módulos específicos e um de caráter geral, voltado para trabalhadores da construção civil e técnicos de nível médio, perfazendo um total de 200 vagas.

Atividades

Elaboração do planejamento, projeto pedagógico e programa dos cursos.

Divulgação, inscrição, processo de seleção dos alunos e elaboração de certificados.

Elaboração de apostilas.

Contratação de professores e artistas.

Valor

Monumenta	Contrapartida	Total
R\$ 133.342,00	R\$ 75.841,31	R\$ 209.183,31

Período de Execução

01/06/2006 a 27/11/2006

Projeto

Música, Patrimônio Vivo

Financiador

Programa Monumenta/MinC

Realizador

Sociedade Pelotense Música pela Música – SPMM

Objetivo

Realizar o projeto “Música, Patrimônio Vivo”, utilizando os espaços do Centro Histórico para divulgar e valorizar a música orquestral sinfônica, camerística e coral.

Atividades

Aquisição de novos instrumentos musicais.

Formação da Orquestra Sinfônica do Sul.

Realização de Ensaios Abertos no Theatro Sete de Abril.

Realização da Mostra de Coros.

Criação da Escolinha da Orquestra Sinfônica do Sul.

Montagem dos cursos *Master Classes*.

Valor

Monumenta	Contrapartida	Total
R\$ 134.717,62	R\$ 135.645,21	R\$ 270.362,83

Período de execução

15/05/2005 a 04/12/2005

Projeto

Cultura Aberta

Financiador

Programa Monumenta/MinC

Realizador

Fundação Cultural Princesa do Sul

Objetivo

Promover atividades culturais que valorizem os artistas trabalhadores da cultura popular de diferentes classes sociais e bairros da cidade, ampliando as oportunidades de geração de renda e valorizando os espaços da cidade considerados patrimônio histórico cultural.

Atividades

Seleção de artistas, por meio das entidades representativas das comunidades de bairro, que indicaram grupos e artistas com trabalhos na área de cultura popular e de referência em sua comunidade.

Realização de *shows* com apresentações de músicos, dançarinos e atores teatrais do município de Pelotas com trabalhos voltados à valorização da cultura popular.

“Cinema na Rua”, em paralelo às sete edições do projeto “Cultura Aberta”, a cargo da Associação de Cinema e Vídeo de Pelotas (ACV). Sessões adequadas ao tempo de duração do evento, um curta-metragem ou longa-metragem, prestigiando preferencialmente as produções locais, estaduais e nacionais.

Valor

Monumenta	Contrapartida	Total
R\$ 68.600,00	R\$ 55.234,00	R\$ 123.834,00

Período de execução

02/05/2006 a 30/11/2006

Projeto

Intervenções Artísticas no Entorno da Praça Coronel Pedro Osório

Financiador

Programa Monumenta/MinC

Realizador

Fundação de Apoio Universitário

Objetivo

Realizar intervenções artísticas no entorno da praça Coronel Pedro Osório para estimular a preservação e apreciação do patrimônio cultural do local e cercanias.

Atividades

Realização de exposição de intervenções artísticas no entorno da praça Coronel Pedro Osório nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006.

Realização de Seminário no Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas, a respeito das relações entre arte contemporânea e patrimônio cultural, durante a inauguração das intervenções, em outubro de 2006.

Realização de uma exposição documental, por meio de DVDs contendo imagens e entrevistas, na qual os visitantes se informavam sobre a trajetória dos artistas que participaram da mostra Interações Urbanas.

Valor

Monumenta	Contrapartida	Total
R\$ 101.159,92	R\$ 43.544,08	R\$ 144.704,00

Período de execução

03/04/2006 a 28/11/2006

Projeto

Inventário de Referência Cultural: Produção de Doces Tradicionais Pelotenses

Financiador

Programa Monumenta/MinC

Realizador

Câmara dos Dirigentes de Lojistas de Pelotas

Objetivos

Realizar o Inventário Cultural da Arte das Doceiras de Pelotas para o incremento do turismo baseado no reconhecimento do patrimônio imaterial da cidade e de sua relação com os bens culturais já consagrados, possibilitando a profissionais de diversos perfis, notadamente as doceiras, incrementarem suas atividades. Além disso, instrumentalizar o poder público para a futura criação de política de preservação voltada para bens culturais imateriais.

Atividades

Definição dos bens a serem inventariados – doces finos e coloniais.

Delimitação da área de pesquisa: o atual município e “Pelotas Antiga”. Isso porque, no século 19, o território pelotense era muito maior.

Entrevista com 40 conhecedores da tradição doceira de Pelotas e pessoas envolvidas com a produção em qualquer um de seus ramos: artesanal, manufaturada ou industrial.

Valor

Monumenta	Contrapartida	Total
R\$ 62.880,00	R\$ 15.720,00	R\$ 78.600,00

Período de execução

01/03/2006 a 25/11/2006



Identificação das fotos

Capa - Detalhe da Fonte das Nereidas.

04 - Fonte das Nereidas.

06 - Cúpula do Grande Hotel.

08 - Theatro Sete de Abril.

12 - Interior da Catedral São Francisco de Paula.

16 - Detalhe da fachada do Centro Cultural Adail Bento Costa.

17 - Detalhe do forro do Centro Cultural Adail Bento Costa.

18 - Tapete de ladrilho hidráulico do *hall* do Casarão 8.

21 - Paço Municipal.

26 - Detalhe da fachada da Faculdade de Turismo - UFPel.

29 - Aula prática do Módulo de Argamassa e Ornatos.

30 - Aula teórica do Módulo Básico.

32 - Pavimento em paralelo e pedra portuguesa: Largo Edmar Fetter.

34 - Aula prática do Módulo de Ferraria.

35 - Aula prática do Módulo de Cantaria.

37 - Aula prática do Módulo de Argamassa e Ornatos.

38 - Interior da Biblioteca Pública Pelotense.

- 40 - Aula prática do Módulo de Argamassa e Ornatos.
- 44 - Orquestra Filarmônica.
- 49 - Theatro Guarany.
- 50 - Coral da Sociedade Música pela Música.
- 52 - Coral da Sociedade Música pela Música.
- 55 - Orquestra Filarmônica de Pelotas – Projeto Música, Patrimônio Vivo.
- 56 - Cartaz de divulgação do Projeto Música, Patrimônio Vivo.
- 58 - Interior do Teatro Sete de Abril.
- 63 - Detalhe da fachada do Teatro Guarany.
- 68 - Apresentação do Projeto Cultura Aberta.
- 71 - Apresentação do Projeto Cultura Aberta.
- 72 - Projeto Cultura Aberta no Museu Parque da Baronesa.
- 75 - Apresentação do Projeto Cultura Aberta.
- 80 - Interações Urbanas – Projeto Grupo BijaRi.
- 83 - Interações Urbanas – interior da Biblioteca Pública Pelotense – Projeto Laura Vinci.
- 86 - Interações Urbanas – fachada do Grande Hotel - Projeto Laura Vinci.
- 89 - Interações Urbanas – Projeto Daniel Acosta em frente ao Mercado Central.
- 90 - Conjunto Casarão 6 e Centro Cultural Adail Bento Costa: prédios com tombamento federal.

- 94 - Pessegueiro.
- 97 - Dona Nilza Zanotta abrindo a massa do pastel de Santa Clara.
- 98 - Doces de tacho.
- 101 - Pelotines para os docinhos, feitos à mão, e pastel de Santa Clara.
- 102 - Doces de bandeja.
- 104 - Livros de receitas dos doces de Pelotas.
- 106 - Fachada do Mercado Municipal.
- 112 - Detalhe da fachada do Mercado Municipal.



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



MONUMENTA



Ministério
da Cultura





MONUMENTA



Ministério
da Cultura

